

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
EDITAL Nº 2 – MPSE, DE 12 DE MAIO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, tendo em vista as impugnações deferidas e conforme Resolução nº 18/2022 – CPJ, torna pública a **retificação** da alínea **D** do quadro de títulos do subitem **16.3**, dos conhecimentos para as áreas **Tutela dos Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, Direitos Humanos e Legislação Institucional do Ministério Público**, constantes do subitem **20.2**, e do **Anexo I** do Edital nº 1 – MPSE, de 19 de abril de 2022, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do edital.

[...]

16 DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

[...]

16.3 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data da entrega, observados os limites de pontos do quadro a seguir.

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO POR ALÍNEA
[...]	[...]	[...]	[...]
D	Exercício de cargo da carreira do Ministério Público, da Magistratura e da Defensoria Pública	1,00 (um) ponto por ano de exercício ou fração de ano	3,00
[...]	[...]	[...]	[...]

[...]

20 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS)

[...]

20.2 CONHECIMENTOS

20.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir.

[...]

TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS: [...]. 2.1 [...] Participação popular na proteção do ambiente. **Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001 e suas alterações); Código Florestal (Lei nº 12.651/2012 e suas alterações); Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981 e suas alterações); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997 e suas alterações); Agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989 e suas alterações); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e suas alterações); Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979 e suas alterações); Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020 e suas alterações); Licenciamento Ambiental (Lei Estadual nº 8.497/2018 e Lei nº 6.938/1981); Área de preservação permanente, de uso restrito e reserva legal (Lei nº 12.651/2012); Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000 e suas alterações); Regularização fundiária de assentamentos urbanos (Lei nº 11.977/2009 e suas alterações).**

2.2 [...].

[...]

DIREITOS HUMANOS: [...].1.13 População carcerária e em cumprimento de pena ou de medida socioeducativa. A pessoa com deficiência auditiva ou visual em privação de liberdade (Recomendação CNJ nº 81/2020). Direito à assistência e à diversidade religiosa (Recomendação CNJ nº 119/2021). Direitos da população LGBTQIA+ (Resolução CNJ nº **348**/2020). Fiscalização dos parâmetros de acolhimento das pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade (Recomendação CNMP nº 85/2021). [...]

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: [...]. **8 Lei Orgânica Nacional do Ministério Público — Lei nº 8.625/1993. Aplicação subsidiária da Lei Complementar Federal nº 75/1993. Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Sergipe – Lei Complementar Estadual nº 02/1990 e suas alterações.**
[...]

ANEXO I
CRONOGRAMA PREVISTO

Atividade	Datas previstas
[...]	[...]
Divulgação da consulta individual aos gabaritos preliminares da prova preambular	26/7/2022 A partir das 19 horas (horário oficial de Brasília/DF)
[...]	[...]

MANOEL CABRAL MACHADO NETO
Procurador-Geral de Justiça